

DI: 523/2021
 PC: 675/2021
 Termo de Retirradi: 12/2021
 Objeto: Controle de Qualidade Externo e Interno
 Contratada: Programa Nacional de Controle de Qualidade Ltda
 Data: 03-04-2021
 Vencimento: 02-04-2022
 Valor Total R\$ 7.397,88
 DI: 468/2021
 PC: 602/2021
 Termo de Retirradi: 13/2021
 Objeto: Manutenção Sistema de Atendimento Ambulatorial - Hemosam
 Contratada: Ownsoft Assessoria de Sistemas Ltda
 Data: 06-04-2021
 Vencimento: 05-04-2022
 Valor Total R\$ 7.800,00
 DI: 417/2021
 PC: 555/2021
 Termo de Retirradi: 14/2021
 Objeto: Manutenção Preventiva e Corretiva Servidores Hp-Pa/Risc
 Contratada: Netsite Shop Tecnologia Ltda
 Data: 08-04-2021
 Vencimento: 07-04-2022
 Valor Total R\$ 90.000,00
 Pregão: 12/2019
 PC: 562/2021
 Termo de Retirradi: 15/2021
 Objeto: Prorrogação de Prazo de Vigência
 Contratada: Anderson José Da Silva Construção-Me
 Data: 10-04-2021
 Vencimento: 10-08-2021
 Valor Total R\$ ----
 Termo de Retirradi: 16/2021
 Objeto: Prorrogação de Prazo de Vigência
 Contratada: Claudinei Camargo Zechi Sertãozinho-Me
 Data: 10-04-2021
 Vencimento: 10-08-2021
 Valor Total R\$ ---
 Termo de Retirradi: 17/2021
 Objeto: Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos de Ar Condicionado
 Contratada: Maxiclíma Ar Condicionado Eirelli
 Data: 12-04-2021
 Vencimento: 11-06-2021
 Valor Total R\$ 12.610,00
 DI: 454/2021
 PC: 17/2021
 Termo de Retirradi: 18/2021
 Objeto: Fornecimento de Passagens Aéreas
 Contratada: Hardy Viagens e Turismo Ltda-Epp
 Data: 17-04-2021
 Vencimento: 16-04-2022
 Valor Total R\$ 71.399,97

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU

Comunicados
 O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – SP – CNPJ: 12.474.705/0001-20, nos termos do artigo 5º “caput” da Lei Federal 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de pagamento das Pds
 PDS a serem pagas
 092597
 Data: 03-05-2021

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
092501	2021PD05481	282.115,88
092501	2021PD05609	222.653,02
092501	2021PD05615	253.410,65
092501	2021PD05618	220.108,88
092501	2021PD05745	288.930,10
092501	2021PD05748	10.987,81

O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – SP – CNPJ: 12.474.705/0001-20, nos termos do artigo 5º “caput” da Lei Federal 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de pagamento das Pds
 PDS a serem pagas
 092599
 Data: 03-05-2021

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
092501	2021PD05553	83,44
092501	2021PD05554	165,63
092501	2021PD05555	174,08
092501	2021PD05556	95,22
092501	2021PD05557	231,41
092501	2021PD05558	60,48
092501	2021PD05559	214,10
092501	2021PD05560	235,04
092501	2021PD05561	208,15
092501	2021PD05562	158,73
092501	2021PD05563	75,66
092501	2021PD05571	41,91
092501	2021PD05572	128,80
092501	2021PD05573	165,63
092501	2021PD05574	235,30
092501	2021PD05575	208,93
092501	2021PD05576	232,18
092501	2021PD05577	66,36
092501	2021PD05578	214,10
092501	2021PD05579	79,21
092501	2021PD05580	231,41
092501	2021PD05581	72,78
092501	2021PD05582	95,22
092501	2021PD05583	176,38
092501	2021PD05584	95,22
092501	2021PD05585	160,42
092501	2021PD05586	165,63
092501	2021PD05587	66,36
092501	2021PD05588	57,48
092501	2021PD05589	233,74
092501	2021PD05590	70,30
092501	2021PD05591	214,11
092501	2021PD05592	231,41
092501	2021PD05593	110,12

SUPERINTENDÊNCIA

Portaria SHCFMB-17, de 27-4-2021
Instituindo a Comissão Processante e determinando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar

O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB, considerando os fatos relatados nos documentos encaminhados, pelo Departamento de Gestão de Pessoas que compõe o processo 46/2021 – HCFMB, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar em face de V. T. P., matrícula HCFMB 04000XXX, Técnico de

Enfermagem, contratado em regime de CLT, do quadro permanente desta Autarquia; S. S. J., matrícula HCFMB 04000XXX, Técnico de Enfermagem, contratado em regime de CLT, do quadro permanente desta Autarquia; T. N. C. V., matrícula HCFMB 04000XXX, Técnico de Enfermagem, contratado em regime de CLT, do quadro permanente desta Autarquia e T. C. D.A.B, matrícula OXXXXXX, Técnico de Enfermagem, contratado em regime de CLT, vínculo com a Fundação para o Desenvolvimento Médico Hospitalar de Botucatu - Famesp, por infringência ao disposto no artigo 256, inciso II da Lei Estadual 10.261/1968, com alterações da Lei Complementar Estadual 942, de 06-06-2003, bem como do artigo 482, alíneas “b”, “h” da CLT, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos citados.

Artigo 2º - Ficam designados para compor a Comissão Processante, os servidores:

- Daniela Dias Hayashida Tomazela - RG 28.625.451-7 - Assessor Técnico IV - Presidente;
- Eduardo Adriano Rogatti - RG 47.986.984-4 - Diretor Técnico II - Membro;
- João Alberto Rossi - RG 12.600.458-4 - Advogado - Membro;

- Sílvia Helena Rodrigues Cardoso - RG 23.078.800-2 - Assistente Administrativo II - Membro para secretariar os trabalhos;

Artigo 3º - Os membros da Comissão Processante ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar de imediato os trabalhos e concluí-los no prazo de 90 dias.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria SHCFMB-21, de 27-4-2021

Instituindo a Comissão Processante e determinando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar

O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB, considerando os fatos relatados nos documentos encaminhados, pelo Departamento de Gestão de Pessoas que compõe o processo 47/2021 – HCFMB, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar em face de A. G., matrícula HCFMB 04000XXX, função Técnico de Enfermagem, contratado em regime de CLT, do quadro permanente desta Autarquia, por infringência ao disposto no artigo 256, incisos II e III da Lei Estadual 10.261/1968, com alterações da Lei Complementar Estadual 942, de 06-06-2003, bem como do artigo 482, alíneas “b”, “e”, “f” e “h” da CLT, sujeitando-se à penalidade constante dos artigos citados.

Artigo 2º – Ficam designados para compor a Comissão Processante, os servidores:

- Daniela Dias Hayashida Tomazela – RG 28.625.451-7 – Assessor Técnico IV – Presidente;
- Claudio Lucas Miranda – RG nº – Médico – Membro;
- Eduardo Adriano Rogatti – RG 47.986.984-4 – Diretor Técnico II – Membro;
- Luciana de Melo Silva – RG 41.453.264-8 – Diretor I – Membro para secretariar os trabalhos;

Artigo 3º – Os membros da Comissão Processante ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar de imediato os trabalhos e concluí-los no prazo de 90 dias.

Artigo 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria SHCFMB-25, de 27-4-2021

Instituindo a Comissão Processante e determinando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar

O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB, considerando os fatos relatados nos documentos encaminhados, pelo Departamento de Gestão de Pessoas que compõe o processo 49/2021 – HCFMB, expede a presente Portaria:

Artigo 1º – Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar em face de M. F. D. N., matrícula HCFMB 04000XXX, função Técnico de Enfermagem, contratada em regime de CLT, do quadro permanente desta Autarquia, por infringência ao disposto no artigo 256, incisos II da Lei Estadual 10.261/1968, com alterações da Lei Complementar Estadual 942, de 06-06-2003, bem como do artigo 482, alíneas “b”, da CLT, sujeitando-se à penalidade constante dos artigos citados.

Artigo 2º – Ficam designados para compor a Comissão Processante, os servidores:

- Daniela Dias Hayashida Tomazela – RG 28.625.451-7 – Assessor Técnico IV – Presidente;
- Evandro Pereira Palácio – RG 18.339.356-9 – Médico – Membro;
- Eduardo Adriano Rogatti – RG 47.986.984-4 – Diretor Técnico II – Membro;
- Luciana de Mello Silva – RG 41.453.264-8 – Diretor I – Membro para secretariar os trabalhos;

Artigo 3º – Os membros da Comissão Processante ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar de imediato os trabalhos e concluí-los no prazo de 90 dias.

Artigo 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria SHCFMB-26, de 3-5-2021

Instituindo a Comissão Processante e determinando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar

O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB, considerando os fatos relatados nos documentos encaminhados, pelo Departamento de Gestão de Pessoas que compõe o processo 48/2021 – HCFMB, expede a presente Portaria:

Artigo 1º – Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar em face de T. R. L. F., matrícula HCFMB 04000XXX, Técnico em Enfermagem, contratado em regime de CLT, do quadro permanente desta Autarquia, por infringência ao disposto no artigo 256, inciso II da Lei Estadual 10.261/1968, com alterações da Lei Complementar Estadual 942, de 06-06-2003, bem como do artigo 482, alínea “a” e “b” da CLT, sujeitando-se à penalidade constante do artigo citado.

Artigo 2º – Ficam designados para compor a Comissão Processante, os servidores:

- Daniela Dias Hayashida Tomazela – RG 28.625.451-7 – Assessor Técnico IV - Presidente;
- Eduardo Adriano Rogatti – RG 47.986.984-4 – Diretor Técnico II – Membro;
- Claudio Lucas Miranda – RG 27.593.578-4 – Médico – Membro;
- Sílvia Helena Rodrigues Cardoso – RG 23.078.800-2 – Assistente Administrativo II – Membro para secretariar os trabalhos;

Artigo 3º – Os membros da Comissão Processante ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar de imediato os trabalhos e concluí-los no prazo de 90 dias.

Artigo 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Despacho do Presidente da Comissão, de 3-5-2021
 Procedimento Administrativo Disciplinar 275/2020-HCFMB Servidor: W. J. N.
 Considerando que o servidor W. J. N., matrícula 04000XXX protocolou pedido de demissão e rompimento de contrato de trabalho com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, a partir de 24-09-2020, por essa razão, tendo ocorrido a perda do objeto processual, submeto o encerramento do feito com seu arquivamento em definitivo.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

Comunicado

A Superintendência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFamema torna público que em 17-02-2021 foi assinado o Convênio de Cooperação Técnica, objeto: Eficientização Energética Nas Instalações do Sistema de Iluminação e Geração Fotovoltaica do Hospital das Clínicas Faculdade Medicina de Marília-HCFamema, cooperante: Companhia Paulista de Força e Luz-CPFL, valor estimado do convênio; R\$ 900.000,00, Parecer Jurídico 13/2021, de 15-02-2021, Prazo de Vigência: 24 meses.

Comunicado

O Ordenador de Despesas do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – SP – CNPJ: 24.082.016/0001-59, nos termos do artigo 5º “caput” da Lei Federal 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de pagamento das Pds abaixo relacionadas, por se tratarem de despesas inadmissíveis e imprescindíveis para o bom andamento das atividades:

PDS a serem pagas
 092697
 Data: 03-05-2021

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
092601	2021PD00797	17.595,00
092601	2021PD00816	5.750,00
092601	2021PD00817	34.921,00
092601	2021PD00822	2.635,00
092601	2021PD00895	900,00
092601	2021PD00899	2.227,50
092601	2021PD00900	9.653,00
092601	2021PD00904	1.170,00
092601	2021PD00910	720,00
092601	2021PD00911	4.032,00
092601	2021PD00913	1.320,72
092601	2021PD00933	251,20
092601	2021PD00934	2.000,00
092601	2021PD00937	242,40
092601	2021PD00940	5.190,00
092601	2021PD00941	980,00
092601	2021PD00971	12.544,00
092601	2021PD00972	11.144,00
092601	2021PD00974	2.600,00
092601	2021PD00975	1.500,00
092601	2021PD00976	2.800,00
092601	2021PD00977	200,00
092601	2021PD00978	3.000,00
092601	2021PD00979	1.300,00
092601	2021PD00984	10.196,00
092601	2021PD00986	8.550,00
092601	2021PD00987	10.300,00
092601	2021PD00988	2.328,00
092601	2021PD00989	1.200,00
092601	2021PD00994	2.592,00
092601	2021PD00995	3.981,40
092601	2021PD00996	626,40
092601	2021PD00999	1.433,88
092601	2021PD01006	1.350,00
092601	2021PD01007	145,00
092601	2021PD01013	1.560,00
092601	2021PD01025	1.180,00
092601	2021PD01026	1.250,00
092601	2021PD01029	1.957,00
092601	2021PD01030	2.770,00
092601	2021PD01031	810,00
092601	2021PD01032	14.135,00
092601	2021PD01043	1.379,00
092601	2021PD01046	4.914,00
092601	2021PD01056	979,20
092601	2021PD01057	255,40
092601	2021PD01058	700,00
092601	2021PD01061	508,00
092601	2021PD01067	5.040,00
092601	2021PD01069	2.000,00
092601	2021PD01071	1.200,00
092601	2021PD01081	782,00
092601	2021PD01082	420,00
092601	2021PD01085	1.710,00
092601	2021PD01087	341,76
092601	2021PD01088	1.206,72
092601	2021PD01092	17.940,00
092601	2021PD01097	2.000,00
092601	2021PD01104	270,87
092601	2021PD01121	653,00
092601	2021PD01122	9.900,00
092601	2021PD01123	1.300,00
092601	2021PD01124	1.438,60
092601	2021PD01127	86,70
092601	2021PD01129	255,40
092601	2021PD01130	188,63
092601	2021PD01131	436,95
092601	2021PD01132	270,00
092601	2021PD01134	1.340,00
092601	2021PD01135	1.560,00
092601	2021PD01140	2.448,00
092601	2021PD01141	860,00
092601	2021PD01142	975,00
092601	2021PD01143	9.780,00
092601	2021PD01170	2.400,00
092601	2021PD01174	1.324,69
092601	2021PD01181	400,00
092601	2021PD01182	520,00
092601	2021PD01183	388,80
092601	2021PD01186	1.704,00
092601	2021PD01187	4.644,66
092601	2021PD01199	474,00
092601	2021PD01212	180,58
092601	2021PD01213	2.145,15
092601	2021PD01215	4.160,00
092601	2021PD01218	18.216,00
092601	2021PD01219	1.185,00
092601	2021PD01231	1.000,00
092601	2021PD01235	1.160,88
092601	2021PD01237	1.280,00
092601	2021PD01238	2.460,00
092601	2021PD01241	410,00
092601	2021PD01243	189,10
092601	2021PD01244	640,00
092601	2021PD01268	1.792,80
092601	2021PD01269	3.302,53
092601	2021PD01277	420,90
092601	2021PD01278	1.268,00
092601	2021PD01279	1.428,00
092601	2021PD01282	9.052,50
092601	2021PD01287	450,00
092601	2021PD01290	2.115,00
092601	2021PD01291	4.479,19
092601	2021PD01292	2.310,00
092601	2021PD01294	13.270,00
092601	2021PD01297	7.038,00
092601	2021PD01298	1.057,44
092601	2021PD01299	2.940,00

3º - Diante da situação sanitária enfrentada, a convocação pública será realizada virtualmente.

4º - A Critério da Administração, a sessão pública poderá ser presencial.

5º - As Organizações Sociais de Cultura interessadas deverão apresentar proposta para o(s) objeto(s)cultural(is) referido(s) no artigo 1º, § 1º desta Resolução, contendo todos os custos e especificidades relacionadas à sua gestão, atendendo todas as exigências estabelecidas na presente Resolução e anexos.

6º - Não serão habilitadas as Organizações Sociais que não cumprirem as exigências contidas nessa Resolução.

7º - Serão desclassificadas as propostas que não atendam ao disposto no § 5º deste artigo.

Título II – Do Objeto

Artigo 2º - O Contrato de Gestão ao qual se refere o artigo 1º desta Resolução terá por objetivo pactuar as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes na operacionalização do gerenciamento dos equipamentos culturais, indicados no § 1º do artigo 1º, compreendendo a realização de um conjunto de ações na área cultural, bem como a sistemática administrativa e econômico-financeira da gestão, conforme detalhamento contido no Termo de Referência para a Elaboração da Proposta Técnica e Orçamentária –Anexos a esta Resolução.

1º - Integram o Contrato de Gestão os documentos a seguir mencionados, disponíveis no Termo de Referência, por meio do portal www.transparenciacultura.sp.gov.br:

Anexo I – Plano Estratégico de Atuação

Anexo II – Plano de Trabalho – Ações e Mensurações

Anexo III – Plano Orçamentário

Anexo IV – Obrigações de Rotina e Compromissos de Informação

Anexo V – Cronograma de Desembolso

Anexo VI – Termo de Permissão de Uso dos Bens Móveis

Anexo VII – Termo de Permissão de Uso dos Bens Imóveis

2º - O contrato a ser celebrado para a gestão de I – Museu do Futebol ou II – Museu Casa de Portinari, Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuie, Museu de Esculturas Felícia Leimer e Auditório Claudio Santoro, e Sistema Estadual de Museus de São Paulo (Sisem-SP) terá vigência de 60 meses, a contar de 01-07-2021 a 30-06-2026.

Título III – do Credenciamento

Artigo 3º - O credenciamento será realizado mediante envio de formulário preenchido ao e-mail museus@sp.gov.br, conforme modelo do Anexo 01 da presente resolução, que deve conter obrigatoriamente assinatura eletrônica, no prazo previsto no caput do artigo 1º da presente resolução.

1º - O credenciamento será efetivado após confirmação, por parte da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em até um dia útil do recebimento do respectivo formulário, momento em que serão passadas as informações de acesso e sigilo, bem como as orientações detalhadas para envio de toda documentação (acesso remoto para upload dos arquivos) e demais instruções que se fizerem necessárias.

2º - Em caso de não recebimento da confirmação de seu credenciamento no prazo previsto no §1º, as instituições interessadas deverão entrar em contato, exclusivamente, por WhatsApp, no número (11) 97533-9261 solicitando a confirmação de seu credenciamento, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h até último dia útil do prazo previsto no caput do artigo 1º da presente resolução.

3º -Durante o prazo de credenciamento, previsto no artigo 1º, as Organizações Sociais interessadas, poderão por meio do e-mail museus@sp.gov.br, ou pelo WhatsApp, no número mencionado no § 2º, agendar visitas técnicas e tirar dúvidas, para subsidiar a elaboração da proposta.

Título IV – da Habilitação e recebimento das propostas

Artigo 4º - A Organização Social de Cultura credenciada para participar da presente convocação pública deverá enviar uma proposta para os equipamentos culturais mencionados no § 1º do artigo 1º desta Resolução, em dois conjuntos de documentos, denominados “Conjunto 1 – Documentação Comprobatória e Institucional” e “Conjunto 2 – Proposta Técnica e Orçamentária”.

1º - O envio dos documentos será feito através da internet (upload) por cada Organização Social credenciada, mediante acesso concedido pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em uma pasta autorizada para cada instituição que será nomeada com a razão social da Organização Social. Em cada pasta, estarão disponíveis 2 subpastas, denominadas, respectivamente “Conjunto 1 – Documentação Comprobatória e Institucional” e “Conjunto 2 – Proposta Técnica e Orçamentária”.

2º - O acesso à pasta virtual para upload dos documentos será concedido somente para a instituição proponente, na confirmação do seu credenciamento. Vale ressaltar que as organizações sociais que vierem a apresentar propostas, não terão acesso às pastas umas das outras.

3º - Todos os documentos enviados deverão ser gravados separadamente e obrigatoriamente nomeados conforme Anexo 02 da presente resolução, em formato PDF pesquisável, de no máximo 4MB. Caso os documentos sejam superiores ao limite máximo estabelecido de 4MB, deverão ser divididos em partes, conforme modelo no Anexo 03. A proposta técnica deverá também ser enviada em formato Word e a proposta orçamentária no formato aberto Excel. Não serão considerados os documentos que não estejam adequados aos formatos solicitados por não serem compatíveis com as plataformas digitais do governo do Estado de São Paulo.

4º - Todos os documentos que compõem os Conjuntos 1 e 2, que necessitam de assinatura dos representantes legais, conselheiros e diretores, obrigatoriamente devem ser enviados com assinatura eletrônica.

5º - Será permitido o upload dos arquivos contendo a documentação dos Conjuntos 1 e 2, impreterivelmente, até 23h59 do dia 03-06-2021. Após este horário o acesso ao ambiente virtual não mais estará disponível.

6º - A Secretaria de Cultura e Economia Criativa não se responsabiliza pela falha na inscrição por conta de problemas em servidores, em provedores de acesso, na transmissão de dados, na linha de comunicação, por lentidão dos servidores ou qualquer outra razão, cabendo ao proponente a devida prudência para realização dos atos necessários em tempo hábil.

7º - Em caso de comprovada falha de infraestrutura da Secretaria de Cultura e Economia Criativa no último dia do prazo de upload, este poderá ser prorrogado a critério da Administração.

8º - Encerrado o prazo para upload da documentação, conforme § 5º, a Comissão de Servidores realizará a conferência do conteúdo que compõe o Conjunto 1, previamente à realização da Sessão Virtual.

9º - Somente serão analisadas as propostas técnicas e orçamentárias constantes do Conjunto 2 das instituições que tenham sido habilitadas na análise da documentação do Conjunto 1.

10º - Serão desclassificadas as propostas que não atendam ao disposto neste Artigo desta Resolução.

I – Conjunto 1 – Documentação Comprobatória e Institucional

Dos Documentos

a) Procuração (com firma reconhecida) que habilita conselheiro, dirigente ou preposto a representar a instituição durante a Sessão Pública Virtual.

b) Relação dos arquivos enviados dos documentos das demais alíneas deste inciso;

c)Comprovação de qualificação da entidade como Organização Social de Cultura, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo;

d) Estatuto Social atualizado e consolidado, devidamente registrado;

e) Ata registrada, pela qual o Conselho de Administração aprova a participação da entidade na presente convocação pública, bem como aprova a proposta técnica e orçamentária apresentada no Conjunto 02 para celebração de contrato de gestão;

f) Última ata registrada de eleição, indicação e/ou nomeação dos diretores e demais instâncias consultivas, normativas e/ou deliberativas, incluindo-se Conselho de Administração e Conselho Fiscal (se houver), da Organização Social de Cultura;

g) Relação de todos os conselheiros de Administração e Fiscal (se houver) em exercício, com indicação do período de mandato, conforme disposição do Estatuto Social, acompanhada dos respectivos currículos resumidos;

h) Declarações, em papel timbrado da Organização Social, assinadas pelos conselheiros, de que atendem ao contido no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998, e ao artigo 4º do Decreto Estadual 43.493, de 29-09-1998, com redação dada pelo Decreto Estadual 50.611, de 30-03-2006;

i) Cédulas de identidade, dos cartões de Cadastro de Pessoas Físicas (caso o número não conste das cédulas de identidade) e dos comprovantes de endereço (emitidos a no máximo seis meses da data de upload dos documentos) dos atuais dirigentes da entidade;

j) Declarações, em papel timbrado da Organização Social, assinadas pelos atuais dirigentes da entidade, de que atendem ao contido no artigo 4º do Decreto Estadual 43.493, de 29-09-1998;

k) Manual de Recursos Humanos da entidade, contendo plano de cargos e salários que especifique as formas de contratação e os valores em vigor ou que serão praticados na OS para remuneração mensal (bruta, mais encargos e benefícios, se houver) de cada um dos cargos de direção e de empregados previstos no contrato de gestão, devendo ser oferecido documento preferencialmente já estar adequado ao Referencial de Boas Práticas para os Manuais de Recursos Humanos das Organizações Sociais de Cultura do Estado de São Paulo (disponível em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacaoes-sociais-de-cultura/documentos-de-referencia-2/>), e respectiva ata de aprovação pelo Conselho de Administração, registrada ou com protocolo de registro em cartório;

l) Regimento interno da entidade, com cópia simples da respectiva ata de aprovação pelo Conselho de Administração, registrada ou com protocolo de registro em cartório;

m) Regulamento de compras e contratações de serviços da entidade, preferencialmente já adequado ao Referencial de Boas Práticas para os Manuais de Compras e Contratações das Organizações Sociais de Cultura do Estado de São Paulo (disponível em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacaoes-sociais-de-cultura/documentos-de-referencia-2/>), e respectiva ata de aprovação pelo Conselho de Administração registrada ou com protocolo de registro em cartório, acompanhada de comprovante de publicação do regulamento no Diário Oficial do Estado de SP, ou de declaração assinada pelos conselheiros da entidade de que atenderão ao prazo disposto no artigo 13-A do Decreto Estadual 43.493/1998, com redação dada pelo Decreto Estadual 50.611/2006;

n) Declaração em papel timbrado e assinada pelo representante legal, de que a entidade não possui impedimento para contratar com a Administração;

o) Declaração em papel timbrado e assinada pelo representante legal, de que a entidade está regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e de que a entidade atende ao artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

p) Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados do Exercício - DRE do último exercício fiscal concluído, subscrito obrigatoriamente por contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade e pelo representante legal da entidade;

q) Comprovante de inscrição e de situação cadastral de pessoa jurídica – CNPJ da matriz e filial (se houver);

r) Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

s) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS/CRF;

t) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;

u) Comprovante de não inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual;

v) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais do domicílio da sede da entidade;

w) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

x) Comprovantes de que a entidade não consta como sancionada no sítio eletrônico de sanções administrativas do Estado de São Paulo, bem como que não consta da lista de apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

11º - As Organizações Sociais participantes ficam cientes de que, para celebração do Contrato de Gestão, a proponente selecionada deverá apresentar, além da documentação acima indicada, o Certificado de Regularidade Cadastral da Entidade, emitido pela SEFAZ e CGA, nos termos do Decreto 57.501/2011.

12º - As participantes sediadas fora do Estado de São Paulo deverão apresentar, quando couber, além da documentação emitida pelo Governo do Estado de São Paulo, documentos equivalentes expedidos pelos órgãos competentes do Estado onde a Organização Social de Cultura tem a sua sede.

13º - As participantes sediadas fora do Estado de São Paulo ou do Município de São Paulo, ou ainda aquelas que tenham Contrato de Gestão vigente com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo referente a outro(s) objeto(s) cultural(is), deverão comprovar todas as condições para execução presencial do(s) objeto(s) de contratação, inclusive com existência de equipe especializada, ou previsão de contratação de equipe, assegurada a dedicação específica diferente daquela que esteja lotada no Estado de origem, no Município de atuação ou no(s) outro(s) objeto(s) gerenciado(s).

14º - As propostas das interessadas poderão ser instruídas com os protocolos dos registros dos documentos da organização social mencionados neste artigo, desde que o efetivo registro seja realizado até a data da celebração do Contrato de Gestão.

II – Conjunto 2 – Proposta Técnica e Orçamentária

Dos Documentos

a) Relação dos arquivos enviados dos documentos das demais alíneas deste inciso;

b) Proposta técnica e orçamentária que atenda aos critérios estabelecidos no Termo de Referência – anexo a esta Resolução, devidamente assinada pelo representante legal da entidade e devidamente aprovada pelo Conselho de Administração (conforme ata constante no Conjunto 1 previsto no artigo 4º, item I, alínea “e” desta Resolução);

c) Portfólio de realizações da entidade, que demonstre sua experiência técnica em gestão nas áreas afins ao(s) objeto(s) cultural(is) de interesse e sua atuação na área cultural nos últimos três anos, contendo expressamente o elenco de projetos aprovados e captados por meio de leis de incentivo e/ou de outras fontes de financiamento, em ordem cronológica,

devidamente especificados, com indicação dos montantes de recursos captados, dos patrocinadores ou financiadores e das ações realizadas;

d) Currículos dos dirigentes e dos profissionais que ocuparem os principais cargos técnicos e administrativos (coordenadores ou afins de áreas e programas de trabalho) na realização dos objetivos previstos no contrato de gestão e seus anexos.

Título V – Do referencial de repasse financeiro do Estado para o Contrato de Gestão

Artigo 5º - A operacionalização das metas, rotinas e obrigações contratuais previstas no contrato de gestão para gerenciamento dos equipamentos culturais descritos nesta convocação pública deverá seguir os parâmetros orçamentários discriminados abaixo:

I – Museu do Futebol terá como referencial orçamentário os valores de repasse de recursos por parte da Secretaria de Cultura e Economia Criativa para a Organização Social escolhida, a importância global estimada em R\$ 51.355.782,00

II – Museu Casa de Portinari, Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuie, Museu de Esculturas Felícia Leimer e Auditório Claudio Santoro, e Sistema Estadual de Museus de São Paulo (Sisem-SP) terá como referencial orçamentário os valores de repasse de recursos por parte da Secretaria de Cultura e Economia Criativa para a Organização Social escolhida, a importância global estimada em R\$58.860.722,00

1º - Os montantes globais acima descritos representam os valores a serem repassados para os contratos de gestão ao longo de 60 meses, em parcelas periódicas, condicionadas à disponibilidade financeira do Estado e mediante apresentação e aprovação de relatórios de resultados.

2º - Os valores indicados neste artigo constam no projeto de lei do Plano Plurianual do Estado de São Paulo 2020-2023 e levam em consideração a previsão orçamentária submetida à manifestação prévia da Secretaria de Fazenda e Planejamento e da Secretaria de Governo para o período 01-07-2021 a 30-06-2026.

3º - A critério da Administração e mediante prévia negociação, os valores indicados neste artigo poderão ser revistos.

4º - As propostas técnicas e orçamentárias deverão ainda observar as regras do Decreto Estadual 64.056/2018 e as alterações por ele introduzidas no Decreto Estadual 43.493/1998, especialmente:

a) Limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos diretores e empregados das Organizações Sociais no exercício de suas funções, tendo como referência os padrões praticados por entidades congêneres;

b) Aprovação anual das despesas de remuneração e a apresentação de pesquisa salarial atualizada que evidencie o enquadramento das remunerações praticadas na média dos valores praticados no terceiro setor para cargos com responsabilidades semelhantes;

c) A locação de imóvel pela Organização Social com recursos do Contrato de Gestão dependerá de prévia pesquisa de mercado, contendo ao menos 03 imóveis de interesse, a ser submetida à Secretaria de Estado da área correspondente, que se pronunciará, em até 30 dias, após consulta ao Conselho do Patrimônio Imobiliário para verificar a existência de próprio estadual disponível para uso;

d) A locação de imóvel de que trata a alínea “c” deste artigo se destinará à execução das atividades finalísticas do Contrato de Gestão.

5º - As Organizações Sociais interessadas ficam cientes desde já que, em caso de variação notocante à disponibilidade orçamentária anual por parte do Estado, o Contrato de Gestão deverá ser aditado.

Título VI – da Sessão Pública Virtual

Artigo 6º - A sessão pública será realizada virtualmente através de plataforma a ser divulgada pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa no momento do credenciamento das instituições interessadas e somente o representante das Organizações Sociais de Cultura poderá se manifestar pelos interesses da entidade que representa.

1º - Qualquer cidadão que tenha interesse em assistir a sessão pública virtual deverá previamente solicitar credenciamento através do e-mail museus@sp.gov.br, até o penúltimo dia útil anterior à realização da sessão pública virtual e será confirmada pela Unidade Gestora, em até 1 dia útil do envio, que fornecerá as informações de acesso e sigilo. Em caso de não recebimento de resposta da Unidade Gestora neste prazo, o interessado deverá entrar em contato, novamente, através do número de WhatsApp descrito no Artigo 3º - § 2º desta Resolução.

2º - A sessão pública virtual será gravada em vídeo e registrada em Ata. O arquivo referente à Ata será enviado a todas as instituições credenciadas ao término da sessão através dos e-mails cadastrados pelas instituições.

3º - A sessão pública virtual será conduzida por Comissão de Servidores, através da plataforma a ser previamente informada no momento do credenciamento, com início às 14h do dia 07-06-2021.

4º - Todas as Organizações Sociais de Cultura que apresentarem proposta deverão se fazer representar, durante a

sessão pública virtual, por conselheiro, dirigente ou preposto autorizado por procuração a ser enviada junto a documentação do Conjunto 1, conforme previsto no artigo 4º, item I, alínea “a” desta Resolução);

Artigo 7º - A Sessão Pública Virtual será conduzida pela Comissão de Servidores e irá:

I – Posicionar-se quanto ao atendimento aos incisos I e II do artigo 4º da presente Resolução e quanto à regularidade formal dos documentos apresentados, relatando irregularidades ou omissões constatadas, declarando os proponentes aptos à habilitação;

II – Manifestar-se sobre eventual possibilidade de concessão de prazo suplementar para entrega ou regularização de documentos;

III – Dar vista a todos os documentos recebidos pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa para o certame, a todos os participantes, por um prazo de até 2 horas, durante a Sessão Pública Virtual. Após o qual o acesso a toda e qualquer pasta será retirado de todos os presentes.

IV – Registrar eventual manifestação de insurgência de proponentes quanto à avaliação da documentação.

V – Fixar prazo à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico para análise e parecer técnico sobre as propostas técnicas e orçamentárias e data para divulgação do resultado da convocação pública, que não poderá ser superior a 30 dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após a data da realização da Sessão Pública Virtual.

1º - O prazo estabelecido no inciso V deste artigo poderá ser prorrogado por até 30 dias corridos, a critério do Titular da Pasta.

2º - Será elaborada ata circunstanciada dos fatos ocorridos na sessão pública, incluindo, entre outras ocorrências:

I – Os participantes da Sessão Pública Virtual;

II – As Organizações Sociais de Cultura credenciadas para participação do certame;

III – Resultado da conferência da documentação apresentada por cada Organização Social de Cultura interessada (habilitação);

IV – Eventuais manifestações dos presentes;

V – Eventuais concessões de prazo por parte da Comissão;

VI – A indicação da data de divulgação do resultado da convocação pública;

VII – Orientação aos participantes que desejarem, posteriormente, ter vistas aos autos, mediante requisição, por e-mail, à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, através do e-mail: museus@sp.gov.br

3º - Na eventualidade de não realização da sessão pública virtual na data e hora estabelecidas será marcada nova data e hora, utilizando-se dos mesmos procedimentos de divulgação anterior.

4º - A Secretaria de Cultura e Economia Criativa publicará relação de Organizações Sociais que manifestaram seu interesse, nos termos do art. 6º, § 4º, II, da Lei Complementar Estadual 846 de 04-06-1998.

Artigo 8º - Se, ao final do prazo adicional de que trata o inciso II do artigo 7º desta Resolução, não forem sanadas pelos proponentes as eventuais pendências apontadas pela Comissão de Servidores da Pasta, a Organização Social de Cultura cuja documentação estiver em desconformidade será inabilitada.

Artigo 9º - Das decisões da Comissão de Servidores da Pasta, previstas no artigo 8º desta Resolução, caberá um recurso administrativo ao Secretário de Cultura e Economia Criativa, que poderá ser interposto no prazo de 05 dias úteis da publicação do resultado da habilitação no Diário Oficial do Estado.

1º - Havendo outras Organizações Sociais devidamente habilitadas na convocação pública em questão, serão estas intimadas, com prazo de 05 dias úteis, para eventual oferecimento de contrarrazões, sendo-lhes desde logo facultada vista dos autos, conforme previsto no Artigo 7º, § 2º, inciso VII desta Resolução.

2º - A Comissão de Servidores terá o prazo de 05 dias úteis, após o prazo de recebimento das contrarrazões, para proferir sua manifestação, que será submetida à apreciação do Titular da Pasta, nos termos do artigo 39 da Lei Estadual 10.177, de 30-12-1998.

Título VII - Dos Critérios para Julgamento das Propostas Técnicas e Orçamentárias

Artigo 10 - O Titular da Pasta selecionará a Organização Social de Cultura qualificada na área de museologia, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 43.493/1998, com alterações posteriores, que gerenciará o(s) objeto(s)cultural(is) a partir de parecer técnico da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, à qual caberá realizar a análise e avaliação das propostas técnicas e orçamentárias, com auxílio da Unidade de Monitoramento, que emitirá parecer econômico-financeiro referente às propostas orçamentárias apresentadas.

1º - O parecer técnico da Unidade Gestora de que trata o caput deste artigo, conterà, para cada proposta técnica e orçamentária recebida, uma avaliação individualizada, com base nos critérios constantes da Tabela a seguir, mais adiante explicitados:

Tabela 01

ITENS DE JULGAMENTO	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO POR ITEM
Avaliação da proposta técnica, elaborada conforme Termo de Referência	. Consistência técnica da proposta global apresentada no atendimento às diretrizes delineadas pela SEC, especialmente no Plano Estratégico de Atuação (até 2,0) . Qualidade e quantidade das ações e mensurações propostas no Plano de Trabalho - Ações e Mensurações, inclusive Metas Condicionadas e Anexo Descritivo da programação apresentado para o primeiro ano do contrato de gestão (até 2,0)	4,0
Avaliação da proposta orçamentária, elaborada conforme Termo de Referência	. Eficiência orçamentária – relação custo x benefício (1,0) . Exequibilidade orçamentária (até 0,5) . Detalhamento do Plano Orçamentário (até 0,5) . Proposta para captação de recursos para a realização do Contrato de Gestão - estratégias e ações indicadas e mensuração proposta (até 1,0)	3,0
Comprovação da experiência técnica institucional	. Portfólio de realizações da entidade referente, no mínimo, a 03 (três) anos - de experiência efetiva, com apresentação de: • Comprovação da experiência e capacidade técnica de gerenciamento de objetos culturais públicos ou privados de porte/complexidade equivalente (da mesma área de atuação ou de áreas diferentes), indicando o período de realização / duração dos serviços realizados (até 0,20) • Comprovação da experiência e capacidade técnica de gerenciamento de objetos culturais públicos ou privados de mesmo perfil de atuação / área temática (com porte e complexidade equivalente ou de portes e complexidades diferentes), indicando o período de realização / duração dos serviços realizados (até 0,20) • Comprovação de realizações de caráter educativo reconhecido (até 0,10) • Indicação das principais realizações culturais e dos principais resultados alcançados (até 0,50) • Comprovação de experiência institucional de captação de recursos (explicitando projetos aprovados; recursos captados e ações realizadas) (até 0,50)	1,50
Comprovação da experiência técnica dos dirigentes e principais quadros técnicos	. Experiência comprovada por meio de currículo de: • Dirigentes, evidenciando sólida formação acadêmica e/ou qualificação técnica na área de gestão cultural e comprovação de, no mínimo, 02 (dois) anos de atuação de cada dirigente na área cultural e em cargos de chefia/direção (0,75) • Principais quadros técnicos (equipe especializada atual e/ou equipe prevista), evidenciando sólida formação acadêmica e/ou qualificação técnica na área de atuação prevista e comprovação de, no mínimo, 02 anos de atuação em cargos afins aos pretendidos por cada um dos quadros (0,75)	1,50
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL		10,0

2º - As propostas técnicas e orçamentárias serão consideradas de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 01, sendo consideradas desclassificadas as propostas cuja pontuação total for inferior a 07 pontos ou aquelas que tenham pontuação equivalente a 0 (zero) em um ou mais itens de julgamento.

3º - A proponente que obtiver a maior pontuação na avaliação em relação a cada um dos critérios indicados na Tabela 01, contida no § 1º deste artigo ou a que melhor atender aos critérios de desempate indicados no parágrafo 4º deste artigo, será considerada primeira colocada pela Unidade Gestora.

4º - No caso de empate entre 02 ou mais propostas técnicas e orçamentárias, o desempate será feito com base nos seguintes critérios e na ordem a seguir apresentada:

Maior pontuação obtida no critério "Atendimento às diretrizes delineadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa na proposta estratégica global apresentada";

Persistindo o empate, vencerá a maior pontuação no critério "Quantidade igualdade das metas totais propostas";

Persistindo o empate, vencerá a proposta que apresentar "Comprovação da experiência e capacidade técnica de gerenciamento de objetos culturais públicos ou privados de mesma temática do equipamento cultural";

Reiterado o empate, será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor custo de área meio (despesas de RH e de custos administrativos, conforme indicado na planilha orçamentária).

5º - Na hipótese de a Organização Social de Cultura selecionada apresentar ou sofrer impedimento de qualquer ordem para a celebração do Contrato de Gestão, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa poderá proceder à negociação e pactuação necessárias com as demais Organizações Sociais que apresentaram proposta, por ordem de classificação.

6º - Caso nenhuma das propostas analisadas atenda plenamente aos objetivos desta convocação pública ou os orçamentos apresentados superem a disponibilidade orçamentária do Estado para o Contrato de Gestão a ser celebrado, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa poderá solicitar às Organizações Sociais de Cultura concorrentes que procedam a ajustes nas propostas apresentadas ou realizar nova convocação pública.

7º - A critério da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, poderão ser exigidos documentos ou esclarecimentos complementares às Organizações Sociais de Cultura, sendo, neste caso, garantida a dilação de prazo para sua entrega.

Artigo 11 - Durante o processo de avaliação das propostas, de que trata o artigo 10º desta Resolução, poderá ser disponibilizado à Unidade Gestora e à Unidade de Monitoramento, a critério do Titular da Pasta, assessoramento técnico, jurídico e econômico, podendo, ainda, ser solicitados à Organização Social de Cultura, pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, documentos ou esclarecimentos adicionais.

Artigo 12 - O julgamento final das propostas compete ao Titular da Pasta de Cultura e Economia Criativa, a quem caberá, com base em parecer técnico, declarar vencedora a Organização Social de Cultura que gerenciará os equipamentos culturais descritos no § 1º do artigo 1º da presente Resolução.

Capítulo I - Primeiro Critério - Avaliação da Proposta Técnica

Artigo 13 - A proposta técnica deve expor o planejamento estratégico, bem como as ações e o orçamento que a Organização Social se propõe a executar junto aos equipamentos culturais durante o período de vigência contratual indicado no artigo 2º, parágrafo 2º desta Resolução, seguindo as orientações apresentadas no Termo de Referência para Elaboração da Proposta Técnica e Orçamentária - anexo a esta Resolução - e considerando o atendimento às diretrizes e orientações delineadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, consoante o referido documento.

Artigo 14 - Serão considerados relevantes para a avaliação da qualidade da proposta técnica global:

I - O nível de atendimento às diretrizes da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, especialmente no Plano Estratégico de Atuação, observando-se:

a) A clareza, nível de detalhamento e objetividade das informações e propostas apresentadas (o plano deve ser bem formulado e atender com consistência a todas as diretrizes da Pasta);

b) A visão sistêmica da conjuntura sociocultural e territorial em que se insere(m) o(s) objeto(s) cultural(is) e as perspectivas indicadas para atuação nesse cenário. O plano deve trazer um bom diagnóstico, que considere as particularidades do(s) objeto(s)cultural(is) e do seu entorno ou área de influência, bem como seus públicos e seus desafios, no contexto atual. Tendo em vista, perspectivas de continuidade e/ou melhoria entre a situação inicial –ano01 do contrato de gestão – e a situação final – último ano de vigência contratual – que o plano propõe, no atendimento às diretrizes da Secretaria de Cultura e Economia Criativa;

c) A indicação das estratégias a serem utilizadas para aprimorar o relacionamento com os públicos-alvo, conquistar novos segmentos de público e ampliar o público geral presencial e virtual. O plano deve apresentar estratégias diversificadas, bem formuladas e passíveis de monitoramento e avaliação contínua para fidelização e ampliação de públicos;

d) A identificação das práticas e técnicas mais eficazes para o cumprimento dos objetivos específicos de cada programa ou eixo de atuação previsto no Plano de Trabalho, tanto na execução das ações e metas anuais quanto das rotinas e compromissos de informação. O plano deve indicar a adoção e técnicas, estratégias e equipes especializadas para a execução das atividades previstas;

e) O grau de inovação que a proposta apresenta em relação ao histórico de realizações do(s) objeto(s) cultural(is), na direção de melhor cumprir as diretrizes assinaladas. O plano deve apresentar inovações, em relação às realizações do(s) objeto(s)cultural(is) no contrato de gestão anterior, que podem ser consultadas por meio do portal www.transparenciacultura.sp.gov.br;

f) A capacidade de proposição e de articulação de parcerias relevantes que possam contribuir com a maximização dos resultados previstos;

II - A qualidade e quantidade das metas totais propostas, especialmente no Plano de Trabalho – Ações e Mensurações, considerando-se:

a) A adequação das ações e metas objetivas apresentadas em relação aos objetivos específicos e estratégias indicadas no Plano Estratégico de Atuação;

b) A perspectiva de continuidade ou superação, em termos quantitativos e qualitativos, das ações e mensurações relacionadas às principais séries históricas do(s) objeto(s) cultural(is), em relação às atividades realizadas e públicos alcançados;

c) A indicação de metas inovadoras, em relação às principais séries históricas do(s) objeto(s) cultural(is);

d) A previsão de metas condicionadas que contribuam para o alcance das diretrizes apresentadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa e que estejam alinhadas às estratégias de captação de recursos previstas no Plano Estratégico de Atuação;

e) O dimensionamento das equipes para alcance das metas, por programa ou eixo de trabalho, com indicação das iniciativas previstas de capacitação continuada dos funcionários em suas áreas de atuação, bem como indicação da rotina de treinamentos periódicos que será estabelecida referente à segurança e salvaguarda de locais de atuação, públicos e acervos, e da rotina de treinamento periódico associado a códigos de ética, integridade e conduta.

Capítulo II - Segundo Critério - Avaliação da Proposta Orçamentária

Artigo 15 - A proposta orçamentária deverá ser elaborada seguindo as orientações constantes do Termo de Referência e contemplar todos os recursos necessários para a realização

das ações e metas propostas no Plano de Trabalho e demais obrigações contratuais.

Parágrafo Único - A proposta orçamentária deverá considerar os custos previstos para a realização das ações e metas pactuadas durante o período de vigência contratual indicado no artigo 2º, parágrafo 2º desta Resolução.

Artigo 16 - Serão reputados como relevantes para a avaliação da proposta orçamentária:

I - A eficiência da proposta, visando à melhor relação entre os custos e benefícios previstos, considerando a adequação do volume de recursos financeiros a ser destinado a cada tipo de despesa / Programa ou Eixo de Trabalho, com vistas à alocação de recursos adequados para a realização integral e no prazo das metas propostas e para o cumprimento satisfatório das rotinas e obrigações contratuais previstos no contrato de gestão, inclusive nos compromissos de informação.

II - A exequibilidade da proposta, compreendida como a factibilidade de realização das metas propostas e das rotinas e obrigações contratuais previstas, nos prazos e condições expressos, atendo-se ao dimensionamento de pessoal indicado na proposta técnica, com os recursos financeiros indicados na proposta orçamentária.

III - O nível de detalhamento da planilha orçamentária, evidenciando coerência e alinhamento entre o planejamento orçamentário e o plano de ações e mensurações, com consistência e objetividade da previsão orçamentária, por meio da indicação das principais rubricas de receitas e despesas previstas.

IV - A qualidade da proposta e das metas para captação de recursos, visando ampliar e diversificar as fontes de recursos para realização do contrato de gestão, considerando-se:

a) As estratégias de identificação, conquista e fidelização de fontes alternativas de recursos financeiros e outros, tais como: materiais e humanos;

b) O desejável aumento em percentual de recursos financeiros captados e em diversificação das fontes de recursos em relação às séries históricas de captação do(s) objeto(s) cultural(is), verificáveis no portal www.transparenciacultura.sp.gov.br;

c) A desejável diminuição anual da participação proporcional do Estado no montante de recursos envolvidos na consecução das ações, no cumprimento das rotinas e obrigações contratuais e na ampliação das realizações culturais do(s) objeto(s) cultural(is) descrito(s) no Título I desta convocação pública.

Capítulo III - Terceiro Critério - Comprovação da experiência técnica institucional

Artigo 17 - A comprovação de experiência técnica institucional se fará mediante a apresentação de portfólio de realizações, assim compreendido como uma apresentação institucional objetiva do histórico da entidade desde a sua criação, a fim de atestar comprovada experiência e qualificação na gestão de equipamentos culturais, grupos artísticos e programas de arte e cultura, bem como demonstrar as condições técnicas e gerenciais preexistentes para execução da proposta, relatando suas principais realizações e experiências anteriores, cabendo o detalhamento dessas experiências nos últimos 3 anos.

Artigo 18 - Serão considerados relevantes para a avaliação do portfólio de realizações da entidade visando à comprovação da experiência técnica e institucional:

a) A comprovação do número de anos/meses de atuação, evidenciando a experiência nogerenciamento de equipamentos, grupos artísticos e/ou programas públicos ou privados de porte equivalente, considerando-se, para comparativo de "porte" a indicação da complexidade, tamanho da estrutura e do orçamento gerenciados;

b) A comprovação do número de anos/meses de atuação na área de interesse, evidenciando a experiência no gerenciamento de equipamentos, grupos artísticos e/ou programas públicos ou privados de mesmo perfil de atuação (independentemente do porte), considerando-se, para comparativo de "perfil" a indicação da afinidade temática cultural, em relação ao(s) objeto(s)cultural(is) indicado(s) na presente convocação pública;

c) O descritivo sumário das realizações mais significativas e principais resultados e impactos alcançados pela entidade na área cultural nos últimos 03 anos;

d) A comprovação de experiência institucional de captação de recursos, mediante apresentação do elenco de projetos aprovados nas leis de incentivo e em outras fontes de financiamento, com indicação dos montantes de recursos captados e das ações realizadas, de acordo com o solicitado no artigo 4º, inciso II, alínea "c".

1º - A critério da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, as informações constantes do portfólio de realizações da entidade poderão ser cheçadas por meio de pesquisa telefônica, virtual ou presencial, a ser devidamente registrada no processo de convocação pública.

2º - A apresentação de informações falsas ou que induzam a interpretações equivocadas quanto à experiência institucional acarretará a desclassificação da proposta.

3º - Serão consideradas mais vantajosas as propostas cujos proponentes comprovarem ter gerenciado equipamentos e/ou programas em área temática afim com orçamento anual equivalente a, no mínimo, metade dos recursos previstos no contrato de gestão objeto desta convocação pública, desde que sejam apresentadas evidências de boa gestão dos recursos por meio de parecer de auditoria independente e/ou manifestação da entidade ou órgão mantenedor ou parceiro.

Capítulo IV - Quarto critério - Análise dos currículos dos dirigentes e da equipe que ocupará os principais cargos de liderança da entidade na realização dos objetivos previstos no Contrato de Gestão e no Plano de Trabalho

Artigo 19 - A avaliação das propostas, no que tange ao critério de que trata o presente Capítulo, ocorrerá a partir do exame dos currículos dos dirigentes e da equipe que ocupará os principais cargos técnicos e administrativos.

1º - A análise de que trata este artigo pretende verificar se o quadro de pessoal proposto pela entidade (equipe especializada atual e previsão de equipe a ser contratada) tem comprovada experiência e qualificação na área de interesse correspondente ao(s) objeto(s) da presente convocação, no intuito de demonstrar as condições técnicas e gerenciais preexistentes para a execução da proposta.

Artigo 20 - Serão considerados relevantes para a avaliação dos Currículos apresentados:

a) A comprovação de sólida formação acadêmica e/ou qualificação técnica na área de gestão cultural e a comprovação de, no mínimo, 02 anos de atuação de cada dirigente na área cultural e em cargos de chefia/direção;

b) A comprovação de sólida formação acadêmica e/ou qualificação técnica na área de atuação prevista e comprovação de, no mínimo, 02 anos de atuação em cargos afins aos pretendidos por cada um dos principais quadros técnicos e administrativos, devendo ser apresentados os currículos, no mínimo (mas não somente), dos responsáveis pelas áreas indicadas no Termo de Referência.

1º - A critério da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, as informações constantes dos currículos apresentados poderão ser cheçadas por meio de pesquisa telefônica, virtual ou presencial, a ser devidamente registrada no processo de convocação pública.

2º - A apresentação de informações falsas ou que induzam a interpretações equivocadas quanto à experiência profissional e/ou qualificação técnica de dirigente(s) e/ou quadro(s) técnico(s) e administrativo(s) acarretará a desclassificação da proposta.

3º - A Organização Social poderá indicar, a seu critério, interesse na manutenção de funcionários que já atuem nos

equipamentos e programas, quer estejam sob sua gestão atual ou sob gestão de outra Organização Social, neste caso manifestando interesse em negociar eventual subrogação dos contratos de trabalho dos referidos empregados, justificando a pertinência.

4º - A Organização Social deverá informar os casos em que os cargos técnicos e/ou administrativos serão preenchidos mediante processo seletivo, indicando, nessa situação, os perfis a serem contratados.

5º - Os currículos de profissionais que serão contratados, na hipótese de a Organização Social ser selecionada para a celebração do Contrato de Gestão, deverão vir acompanhados de declaração do referido profissional de que aceita integrar os quadros funcionais da entidade, bem como declaração da proponente de que somente substituirá - quando necessário - os profissionais indicados na proposta por outros profissionais de qualidade técnica e experiência profissional, equivalentes.

Título VIII - Da Divulgação do Resultado da Convocação Pública

Artigo 21 - Findo o prazo definido para análise técnica das propostas apresentadas, o resultado da deliberação do Titular da Pasta será proferido, nos moldes estabelecidos no artigo 12 desta Resolução em até 10 dias corridos, e publicado no sítio eletrônico da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e no Diário Oficial do Estado.

Artigo 22 - Da decisão do Titular da Pasta, prevista no artigo 21º desta Resolução, caberá um único recurso administrativo, que poderá ser interposto no prazo de 05 dias úteis da publicação do resultado da convocação pública no Diário Oficial do Estado.

1º - Havendo outras Organizações Sociais devidamente habilitadas na convocação pública em questão, serão estas intimadas, com prazo de 05 dias úteis, para eventual oferecimento de contrarrazões, sendo-lhes desde logo facultada vista dos autos, conforme previsto no Artigo 7º, § 2º, inciso VII desta Resolução.

2º - A divulgação do resultado final será publicada em até 10 dias úteis, após o prazo de recebimento das contrarrazões, nos termos do artigo 39 da Lei Estadual 10.177, de 30-12-1998.

Título IX - Das Disposições Finais

Artigo 23 - Além do que consta no Termo de Referência, as Organizações Sociais interessadas poderão acessar mais informações relacionadas aos equipamentos culturais por meio do portal www.transparenciacultura.sp.gov.br (pesquisar o(s) objeto(s)contratual(is) em "Contratos de Gestão - Busca"), onde estão disponíveis o contrato de gestão vigente, seus anexos e termos aditivos, os relatórios anuais apresentados pela atual Organização Social Gestora e demais informações e documentos referentes à parceria.

Artigo 24 - É facultado a todas as Organizações Sociais interessadas na presente convocação pública, o agendamento de visita técnica ao local de realização das atividades do(s) objeto(s)cultural(is), bem como a obtenção de mais informações e esclarecimentos, mediante a apresentação de questionamento por escrito a ser enviado para o endereço eletrônico museus@sp.gov.br.

Parágrafo Único - Todos os questionamentos e pedidos de esclarecimentos recebidos no endereço eletrônico acima, bem como suas respostas, serão publicados em: <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacoes-sociais-de-cultura/convocacoes-publicas/> em até cinco dias corridos.

Artigo 25 - As Organizações Sociais interessadas deverão comprometer-se a realizar a programação que eventualmente já tenha sido acordada pela Unidade Gestora para o primeiro ano do Contrato de Gestão, a fim de garantir a continuidade das ações para o exercício de 2021 relacionadas ao(s) objeto(s) contratual(is), a bem do interesse público.

Artigo 26 - A Organização Social selecionada deverá apresentar o Cadastro de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE atualizado até a data de celebração do contrato, conforme indicado no Artigo 4º, inciso I, §11º desta Resolução.

1º - Caso a entidade selecionada não apresente o CRCE em tempo regulamentar, ou documento substitutivo provisório emitido pelo órgão responsável pelo referido documento, a Organização Social cuja proposta ficou em segundo lugar será chamada para os trâmites de celebração de contrato e assim sucessivamente.

2º - Se não houver outra proposta ou se nenhuma das entidades apresentarem o CRCE, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa indicará as medidas a serem tomadas, podendo ser iniciado novo trâmite para convocação pública.

Artigo 27 - A participação das Organizações Sociais de Cultura interessadas no processo de seleção previsto nesta convocação pública implica a aceitação integral e irrevogável dos termos, artigos, condições, critérios de julgamento e anexos desta resolução, que passarão a integrar o procedimento de contratualização de resultados para a gestão do(s) objeto(s) cultural(is) indicados no Título I, bem como na observância dos regulamentos administrativos, das normas técnicas e da legislação aplicável à matéria.

Parágrafo Único - Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, em quaisquer fases do procedimento de convocação pública e/ou de execução do contrato de gestão, alegações de desconhecimento das determinações aqui expressas e da legislação aplicável.

Artigo 28 - Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas técnicas e orçamentárias serão de inteira responsabilidade das Organizações Sociais de Cultura interessadas, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização pela aquisição ou contratação de elementos necessários à elaboração ou apresentação das propostas, tampouco quaisquer despesas correlatas à participação na convocação pública de que trata esta Resolução.

Artigo 29 - É facultada à Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em qualquer fase do processo de seleção, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento de convocação pública.

Artigo 30 - A presente convocação pública poderá ser revogada a critério do Titular da Pasta, mediante a devida fundamentação.

Artigo 31 - Até a assinatura do contrato de gestão, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa poderá desclassificar propostas de Organizações Sociais de Cultura participantes, em despacho motivado, sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção, que represente infração aos termos desta convocação pública, respeitado o contraditório.

Artigo 32 - Constitui anexos da presente Resolução o "Termo de Referência para elaboração da proposta técnica e orçamentária", o qual contém a minuta do contrato referencial de gestão a ser firmado e demais Anexos - I, II e III - conforme previsto no caput do Artigo 3º e no Artigo 4º - § 2º, disponíveis para download no Portal da Transparência conforme Artigo 35º da presente resolução.

Artigo 33- As Organizações Sociais de Cultura, interessadas na presente convocação pública, deverão observar toda a legislação federal e estadual pertinentes.

Artigo 34 - As situações não disciplinadas por esta Resolução serão decididas pelo Secretário de Cultura e Economia Criativa.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e estará disponível ao público em geral, durante todo o período de duração da convocação pública, em <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacoes-sociais-de-cultura/convocacoes-publicas/>.

UNIDADE DE ATIVIDADES CULTURAIS

UNIDADE DE FOMENTO À CULTURA

Extrato de Contrato
Contrato: 0250/2020

1º Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Cultura e Economia Criativa;

2º Fernanda Suaiden

Objeto: A Realização do Projeto "Ánima", relativo ao Edital Proac 08/2020.

Cidade do Proponente: São Paulo - SP
Prazo de execução do objeto do contrato: 12 meses a contar da data do recebimento da primeira parcela do valor contratado. UGE: 120.104.

Programa de Trabalho 13392121819860000.
Natureza de Despesa 33903101.

Valor do Contrato: R\$ 25.000,00.
Data da Assinatura: 28-12-2020.

Unidade de Fomento à Cultura, em 28-12-2020.
(Não publicado em época oportuna)

Extrato de Contrato
Contrato: 0251/2020

1º Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Cultura e Economia Criativa;

2º Priscilla Kratetyl Marques

Objeto: A Realização do Projeto "O Livro Mágico", relativo ao Edital Proac 08/2020.

Cidade do Proponente: Campinas - SP

Prazo de execução do objeto do contrato: 12 meses a contar da data do recebimento da primeira parcela do valor contratado. UGE: 120.104.

Programa de Trabalho 13392121819860000.
Natureza de Despesa 33903101.

Valor do Contrato: R\$ 25.000,00.
Data da Assinatura: 28-12-2020.

Unidade de Fomento à Cultura, em 28-12-2020.
(Não publicado em época oportuna)

Extrato de Contrato
Contrato: 0252/2020

1º Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Cultura e Economia Criativa;

2º André Luiz Cunha Santos

Objeto: A Realização do Projeto "Charlã TaOM - Um sagrado palhaço", relativo ao Edital Proac 08/2020.

Cidade do Proponente: Ribeirão Preto - SP

Prazo de execução do objeto do contrato: 12 meses a contar da data do recebimento da primeira parcela do valor contratado. UGE: 120.104.

Programa de Trabalho 13392121819860000.
Natureza de Despesa 33903101.

Valor do Contrato: R\$ 25.000,00.
Data da Assinatura: 28-12-2020.

Unidade de Fomento à Cultura, em 28-12-2020.
(Não publicado em época oportuna)

Extrato de Contrato
Contrato: 0253/2020

1º Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Cultura e Economia Criativa;

2º Moyses Julian de Aguiar Loeza

Objeto: A Realização do Projeto "Projeto: Cortejo em Faixa Dupla - Lago dos Cisnes - Ato III", relativo ao Edital PROAC 08/2020.

Cidade do Proponente: Barretos - SP

Prazo de execução do objeto do contrato: 12 meses a contar da data do recebimento da primeira parcela do valor contratado. UGE: 120.104.

Programa de Trabalho 13392121819860000.
Natureza de Despesa 33903101.

Valor do Contrato: R\$ 25.000,00.
Data da Assinatura: 28-12-2020.

Unidade de Fomento à Cultura, em 28-12-2020.
(Não publicado em época oportuna)

Extrato de Contrato
Contrato: 0254/2020

1º Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Cultura e Economia Criativa;

2º Geisa Helena de Oliveira Trupe Koskowsick

Objeto: A Realização do Projeto "Olha a Palhaço no Meio da Rua", relativo ao Edital Proac 08/2020.

Cidade do Proponente: Sorocaba - SP

Prazo de execução do objeto do contrato: 12 meses a contar da data do recebimento da primeira parcela do valor contratado. UGE: 120.104.

Programa de Trabalho 13392121819860000.
Natureza de Despesa 33903101.

Valor do Contrato: R\$ 25.000,00.
Data da Assinatura: 28-12-2020.

Unidade de Fomento à Cultura, em 28-12-2020.
(Não publicado em época oportuna)

Extrato de Contrato
Contrato: 0255/2020

1º Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Cultura e Economia Criativa;

2º Melina de Moura Marchetti

Objeto: A Realização do Projeto "As Clássicas - Um olhar para a invisibilidade nos centros urbanos", relativo ao Edital Proac 08/2020.

Cidade do Proponente: São Paulo - SP

Prazo de execução do objeto do contrato: 12 meses a contar da data do recebimento da primeira parcela do valor contratado. UGE: 120.104.

Programa de Trabalho 13392121819860000.
Natureza de Despesa 33903101.

Valor do Contrato: R\$ 25.000,00.
Data da Assinatura: 28-12-2020.

Unidade de Fomento à Cultura, em 28-12-2020.
(Não publicado em época oportuna)

Extrato de Contrato
Contrato: 0256/2020

1º Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Cultura e Economia Criativa;

2º Artur Faleiros Neves

Objeto: A Realização do Projeto "Gravação e Licenciamento do espetáculo Malabamétrico", relativo ao Edital Proac 08/2020.

Cidade do Proponente: São Paulo - SP

Prazo de execução do objeto do contrato: 12 meses a contar da data do recebimento da primeira parcela do valor contratado. UGE: 120.104.

Programa de Trabalho 13392121819860000.
Natureza de Despesa 33903101.

Valor do Contrato: R\$ 25.000,00.
Data da Assinatura: 28-12-2020.

Unidade de Fomento à Cultura, em 28-12-2020.
(Não publicado em época oportuna)

Extrato de Contrato
Contrato: 0257/2020

1º Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Cultura e Economia Criativa;

2º Daniela Peixoto de Barros

Objeto: A Realização do Projeto " "Nós não Andamos Sós" - Circo Online", relativo ao Edital Proac 08/2020.

Cidade do Proponente: Franca - SP

Prazo de execução do objeto do contrato: 12 meses a contar da data do recebimento da primeira parcela do valor contratado.